BANCO DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES

SUCURSAL SÃO PAULO - CNPJ 44.189.447/0001-26 - Rua Líbero Badaró, 425 - 26º Andar - Centro - CEP 01009-905 - São Paulo - SP - PABX (0XX11) 3188-4777

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)

ATIVO	2015	2014
Circulante	**196.374**	**165.549**
Disponibilidades	7.349	2.728
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4(a))	51.526	30.008
Aplicações em operações compromissadas	51.526	30.008
Títulos e valores mobiliários (Nota 5(a))	30.890	58.839
Carteira própria	16.822	33.518
Vinculados a prestação de garantias	14.068	25.321
Vinculados à aquisição de ações de empresas estatais	54	54
Provisão para desvalorização de títulos	(54)	(54)
Relações interfinanceiras	-	1
Créditos vinculados	-	1
Operações de crédito (Nota 7)	28.866	10.174
Empréstimos e títulos descontados	9.084	7.569
Financiamentos em moeda estrangeira	23.052	2.656
Provisão para crédito em liquidação duvidosa	(3.270)	(51)
Outros créditos	77.705	63.692
Carteira de câmbio (Nota 8(a))	75.023	60.649
Créditos tributários (Nota 18(b))	-	1.209
Negociação e intermediação de valores (Nota 6(b))	2.583	38
Diversos (Nota 8(b))	170	1.832
Provisão para outros créditos em liquidação duvidosa (Nota 7(e))	(71)	(36)
Outros valores e bens	38	107
Despesas antecipadas	38	107
Realizável a longo prazo	**53.317**	**13.593**
Títulos e valores mobiliários (Nota 5(a))	53.317	13.078
Carteira própria	47.023	13.078
Vinculados a prestação de garantias (Nota 6(c))	6.294	-
Outros créditos	-	515
Créditos tributários (Nota 18(b))	-	515
Permanente	**242**	**252**
Investimentos	8	8
Imobilizado de uso	231	241
Imóveis de uso	871	871
Outras imobilizações de uso	897	824
Depreciações acumuladas	(1.537)	(1.454)
Diferido	3	3
Gastos de organização e expansão	246	246
Amortização acumulada	(243)	(243)
Total do ativo	249.933	179.394

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	2014
Circulante	**127.210**	**65.054**
Depósitos	2	1
Depósitos à vista	2	1
Obrigações Compromissadas	-	1.804
Obrigações em operações compromissada	-	1.804
Relações interfinanceiras e interdependências	3.017	1.063
Ordens de pagamento	3.017	1.063
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 9(a))	89.421	35.989
Empréstimos no exterior	89.421	35.989
Outras obrigações	34.770	26.197
Carteira de câmbio (Nota 11(a))	23.447	23.793
Sociais e estatutárias (Nota 12 (b))	5.975	510
Fiscais e previdenciárias (Nota 11(b))	4.412	701
Provisão para pagamentos a efetuar (Nota 11 (c))	936	535
Provisão de passivos contingentes (Nota 10 (b))	-	658
Patrimônio Líquido (Nota 12)	**122.723**	**114.340**
Capital		
De domiciliados no exterior	108.594	108.594
Reservas de capital	109	109
Reserva de lucros	14.020	5.637
Total do passivo e patrimônio líquido	249.933	179.394

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)

	Capital realizado	Reserva de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2013	108.594	109	5.756	-	114.459
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.671	2.671
Constituição de reserva legal	-	-	134	(134)	-
Constituição de reserva estatutária	-	-	2.537	(2.537)	-
Dividendos (Nota 12 (b))	-	-	(2.790)	-	(2.790)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	108.594	109	5.637	-	114.340
Lucro líquido do exercício	-	-	-	17.380	17.380
Constituição de reserva legal	-	-	869	(869)	-
Constituição de reserva estatutária	-	-	16.511	(16.511)	-
Dividendos e Juros sobre o capital próprio (Nota 12 (b))	-	-	(8.997)	-	(8.997)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	108.594	109	14.020	-	122.723
Saldos em 30 de junho de 2015	108.594	109	8.896	-	117.599
Lucro líquido do semestre	-	-	-	12.153	12.153
Constituição de reserva legal	-	-	608	(608)	-
Constituição de reserva estatutária	-	-	11.545	(11.545)	-
Juros sobre o capital próprio (Nota 12(b))	-	-	(7.029)	-	(7.029)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	108.594	109	14.020	-	122.723

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado (Em milhares de reais)

	Semestre findo em 31 de dezembro 2015	Exercícios findos em 31 de dezembro 2015	2014
Receitas de intermediação financeira	41.676	63.173	17.393
Operações de crédito	4.178	6.359	1.541
Resultado de títulos e valores mobiliários (Nota 5(b))	8.743	15.373	10.949
Resultado com instrumentos financeiros e derivativos (Nota 6(d))	17.889	25.327	3.417
Resultado de operações de câmbio	10.866	16.114	1.486
Despesas da intermediação financeira	(19.744)	(27.735)	(6.302)
Captações no mercado	(61)	(108)	(35)
Empréstimos e repasses (Nota 9(b))	(16.519)	(24.373)	(6.228)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7(e))	(3.164)	(3.254)	(39)
Resultado bruto da intermediação financeira	21.932	35.438	11.091
Outras receitas/despesas operacionais	(5.091)	(10.440)	(6.892)
Receitas de prestação de serviços	1	2	2
Despesas de pessoal (Nota 13)	(2.102)	(3.902)	(3.726)
Outras despesas administrativas (Nota 14)	(2.493)	(4.008)	(2.705)
Despesas tributárias	(1.208)	(2.121)	(625)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 15)	711	(411)	162
Resultado operacional	16.841	24.998	4.199
Resultado não operacional	-	-	6
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	16.841	24.998	4.205
Imposto de renda e contribuição social (Nota 18)	(4.340)	(7.270)	(1.356)
Participação nos lucros	(348)	(348)	(178)
Lucro líquido	12.153	17.380	2.671

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Lucro/Prejuízo líquido ajustado	**9.901**	**10.909**	**(3.849)**
Lucro líquido	12.153	17.380	2.671
Ajustes ao lucro líquido			
Depreciações e amortizações	43	83	84
Provisão para créditos em liquidação duvidosa	3.164	3.254	39
Tributos diferidos	-	-	418
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento	(5.459)	(9.808)	(7.061)
Variações de ativos e obrigações	**(7.901)**	**(1.253)**	**(374)**
Variação de aplicações interfinanceiras de liquidez	(12.927)	(21.518)	2.216
Variação de relações interfinanceiras	(1.382)	1.955	(903)
Variação de operações de crédito	(1.354)	(21.911)	(3.659)
Variação de carteira de câmbio	(29.005)	(14.720)	(15.050)
Variação de outros créditos	(783)	(883)	1.668
Variação de outros valores e bens	4	69	7
Variação de depósitos	(4)	1	(1)
Variação de outras obrigações	2.631	6.511	463
Variação de obrigações por empréstimos	36.227	53.432	13.554
Variação obrigações compromissadas	-	(1.804)	1.804
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.308)	(2.385)	(473)
Atividades operacionais - caixa líquido proveniente (aplicado)	**2.000**	**9.656**	**(4.223)**
Recursos de resgate de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento	14.206	60.903	40.234
Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento	(14.183)	(63.387)	(39.643)
Aquisição de imobilizado	(3)	(73)	(26)
Atividades de investimentos - caixa líquido proveniente (aplicado)	**20**	**(2.557)**	**565**
Atividades de financiamento - caixa líquido (aplicado)	**-**	**(2.478)**	**(2.190)**
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	(2.478)	(2.190)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**2.020**	**4.621**	**(5.848)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**5.329**	**2.728**	**8.576**
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	**7.349**	**7.349**	**2.728**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**2.020**	**4.621**	**(5.848)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: O Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo ("Banco") tem como objetivo a prática de operações e serviços permitidos aos bancos comerciais, de acordo com as disposições legais e normas do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente operações de fomento ao comércio exterior. As demonstrações financeiras elaboradas para o período findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pela diretoria em 30 de março de 2016. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nºs 11.638/07 e 11.941/09 para a contabilização das operações associadas, quando aplicável, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais normas do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF). As demonstrações financeiras incluem, quando aplicável, estimativas e premissas contábeis no que se refere a constituição de provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: • Resolução n.º 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; • Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa; • Resolução n.º 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas; • Resolução n.º 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; • Resolução n.º 3.973/11 - Eventos Subsequentes; • Resolução n.º 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações; • Resolução n.º 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; • Resolução n.º 4.144/12 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro; e • Resolução n.º 4.424/15 - Benefícios a Empregados (a Instituição está avaliando o impacto da adoção do CPC 33 pois este CPC é aplicável somente a partir de 1º. de janeiro de 2016). Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Instituição.
3. Principais práticas contábeis: (a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas pelo método exponencial. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e em moeda estrangeira (considerados na rubrica Disponibilidades e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez com prazo original igual ou inferior a 90 dias). **(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **(d) Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar de 30 de junho de 2002, os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados de acordo com a intenção da administração. No caso do Banco, é classificado na categoria: Títulos Mantidos até o Vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida do resultado do período. **(e) Instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002 e regulamentações posteriores, em 30 de junho de 2002, os instrumentos financeiros derivativos passaram a ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (*hedge*), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2002. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de proteção, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos que atendam aos critérios de proteção, classificados como "*hedge* de risco de mercado", bem como os objetos de proteção (ativo ou passivo) são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultado, exceto se o objetivo da proteção for título e valor mobiliário classificado na categoria de título mantido até o vencimento que, nesse caso, tanto o título como o instrumento financeiro derivativo serão contabilizados pelas condições intrínsecas contratadas, não sendo avaliados pelo valor de mercado. O Banco não possui durante o exercício de 2015 e 2014 instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge. **(f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999 do CMN, alterada pelo artigo 2º da Resolução nº 2.697 de 24/02/2000, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
De 1 a 14 dias	A
De 15 a 30 dias	B
De 31 a 60 dias	C
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior a 180 dias	H

A atualização (*accrual*) das operações de crédito vencidas até o 59o dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60o dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. Considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas de operações de crédito (*write-offs*), devem ser efetuadas após 360 dias do vencimento do crédito ou após 540 dias, para operações com prazo a decorrer superior a 36 meses. **(g) Imposto de renda e contribuição social:** Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros créditos - diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é registrada na rubrica "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. **(h) Outros ativos circulantes e realizável a longo prazo:** Os demais ativos são demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias em base *pro rata* dia e cambiais auferidos e ajustado ao valor de mercado ou realização, quando aplicável. **(i) Ativo permanente:** Os investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável. O ativo imobilizado é demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos: depreciação do imobilizado, pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo o imobilizado de uso - edificações - 4%, equipamentos de processamento de dados - 20% e demais bens - 10%. O ativo diferido está representado por desenvolvimentos logiciais e gastos com instalação e adaptação de dependência que são amortizados em cinco e dez anos, respectivamente. **(j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Nenhuma perda por impairment foi reconhecida no resultado. **(l) Ativos e passivos contingentes:** São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010 do BACEN. • Ativos contingentes: Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados nas notas explicativas. • Passivos contingentes: São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos; a natureza das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade; e no posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação. **(k) Outros passivos:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos apurados em base *pro rata* dia e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2015	2014
a) Aplicações em operações compromissadas	51.526	30.008
	51.526	30.008

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez: Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	2015	2014
Rendas de aplicações em operações compromissadas	5.563	3.885
Rendas de aplicações no exterior	2	3
	5.565	3.888

5. Títulos e valores mobiliários
(a) Classificação por categorias e prazos

Títulos - 2015	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Valor contábil (2)	Valor de custo atualizado	Valor de mercado (1)
Mantidos até o vencimento							
Certificado de privatização	-	-	-	-	-	54	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	30.890	53.317	84.207	84.207	84.199
	-	-	30.890	53.317	84.207	84.261	84.199

Títulos - 2014	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Valor contábil (2)	Valor de custo atualizado	Valor de mercado (1
Mantidos até o vencimento							
Certificado de privatização	-	-	-	-	-	54	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	45.763	13.076	13.078	71.917	71.917	71.911
	-	45.763	13.076	13.078	71.917	71.971	71.911

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data de 31 de dezembro de 2015 e de 2014. Conforme nota 3 (d) os títulos classificados como mantidos até o vencimento que são mantidos ao valor de custo atualizado.
(2) Foi constituída em 30 de junho de 2013 provisão de 100% para desvalorização dos certificados de privatização.

(b) Resultado de títulos e valores mobiliários

	2015	2014
Rendas de operações interfinanceiras de liquidez (Nota 4(b))	5.565	3.888
Rendas de títulos de renda fixa	9.808	7.061
	15.373	10.949

6. Instrumentos financeiros derivativos: O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender às necessidades próprias ou de seus clientes, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A política de atuação, os controles de monitoramento e as estratégias de operações seguem as diretrizes da Administração do Banco.
(a) Valor dos instrumentos registrados em contas de compensação

	2015	2014
Contratos de futuros		
Dólar	182.280	-

(b) Composição dos instrumentos financeiros derivativos ativos

	2015	2014
Outros créditos - Negociação e intermedição de valores	2.583	38

(c) Margem de garantia: O quadro a seguir resume os valores depositados na BM&FBOVESPA em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	2015			2014	
Descrição	Quantidade	Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	Valor de mercado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.900	14.068	14.068	12.421	12.421

(d) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2015	2014
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - futuros	25.327	3.417

7. Operações de crédito: (a) Composição total da carteira

	2015	2014
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (i)	63.973	31.189
Financiamentos em moeda estrangeira	23.052	2.656
Empréstimos e títulos descontados	9.084	7.569
Total das operações de crédito	96.109	41.414
Outros créditos (ii)	1.688	1.028
Total	97.797	42.442

(i) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados no balanço patrimonial como redução de "Outras obrigações - Carteira de câmbio" (Nota 11(a)).
(ii) Outros créditos compreendem rendas a receber sobre contratos de câmbio (Nota 8(a)).

(b) Modalidades e prazos

	2015 Curso normal
Operações de crédito	
De 1 a 90 dias	10.064
De 91 a 360 dias	87.733
	97.797

	2014 Curso normal
Operações de crédito	
De 1 a 90 dias	25.753
De 91 a 360 dias	16.689
	42.442

(c) Composição das operações de crédito por nível de risco: A composição da carteira de operações de créditos e outros créditos, distribuída nos correspondentes níveis de riscos, está demonstrada a seguir:

Nível de risco	Curso normal	2015 PDD
AA	71.336	-
A	14.231	71
B	9.017	90
F	67	34
H	3.146	3.146
	97.797	3.341
Avais e fianças (1)	49.978	

Nível de risco	Curso normal	2014 PDD
AA	25.056	-
A	17.386	87
	42.442	87
Avais e fianças (1)	25.119	

(1) Contabilizados em contas de compensação.
(d) Distribuição das operações de crédito por setor de atividade econômica

Atividade econômica	2015	2014
Indústria	65.779	28.512
Comércio	23.001	9.913
Outros Serviços	9.017	4.017
	97.797	42.442

(e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão de créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	2015	2014
Saldo inicial	87	48
Constituição	3.518	39
Reversão	(264)	-
Saldo final	3.341	87

(f) Recuperação de crédito: No 2º semestre de 2015 houve a recuperação de crédito no montante de R$ 1.092.
8. Outros créditos: (a) Carteira de câmbio

	2015	2014
Câmbio comprado a liquidar - exportação	72.895	35.850
Câmbio comprado a liquidar - financeiro	-	11.286
Direitos sobre vendas de câmbio	23.216	12.485
(-) Adiantamento de moeda estrangeira	(23.216)	-
Cambiais e documentos a prazo	440	-
Rendas sobre adiantamentos concedidos (Nota 7(a))	1.688	1.028
	75.023	60.649

(b) Diversos

	2015	2014
Devedores por depósitos em garantia	41	1.827
Adiantamentos e antecipações salariais	34	-
Outros	95	5
	170	1.832

9. Obrigações por empréstimos e repasses: (a) Empréstimos no exterior

	2015	2014
No exterior - exportação	89.421	35.837
No exterior - importação	-	152
	89.421	35.989

Operações realizadas junto a instituições financeiras, localizadas no exterior, são convertidas pelas taxas praticadas no mercado de câmbio com vencimento até 23 de junho de 2016. A taxa média de remuneração de juros é entre 2,32% a.m. e 3,17%a.m.
(b) Despesas com operações de empréstimos

	2015	2014
No exterior	24.373	6.228

10. Ativos e passivos contingentes: (a) Ativos contingentes: Não são reconhecidos contabilmente os ativos contingentes, o qual o Banco é parte/réu. **(b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis:** A administração entende que a provisão constituída para o processo cível é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

	2015	2014
Movimentação das contingências cíveis		
Saldo inicial	658	621
Reversão da provisão	(696)	(2)
Atualização da provisão	38	39
Saldo final	-	658

Não existem ações de natureza trabalhista e fiscal.
(c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis: Não são provisionados os valores envolvidos em ações tributárias com probabilidade de perda possível, cujo o risco total estimado é de R$ 7.
11. Outras obrigações: (a) Carteira de câmbio

	2015	2014
Obrigações por compra de câmbio	63.973	42.500
Câmbio vendido a liquidar	23.425	12.482
Valores em moeda estrangeira a pagar	22	-
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 7(a))	(63.973)	(31.189)
	23.447	23.793

(b) Fiscais e previdenciárias

	2015	2014
Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre lucros	3.157	465
Impostos e contribuições a recolher	1.184	206
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	71	30
	4.412	701

(c) Provisão para pagamentos a efetuar

	2015	2014
Impostos e contribuições a recolher	722	535
Outras	214	-
	936	535

12. Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social corresponde ao investimento da matriz estrangeira, inteiramente integralizado em moeda corrente nacional, acrescido das reservas capitalizadas **(b) Dividendos:** Em reunião de diretoria de 05 de junho de 2014 foi aprovado o pagamento de dividendos do exercício de 2013, no valor de R$ 2.190. Em 30 de dezembro de 2014 a diretoria da sucursal do Banco estabeleceu e provisionou o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R$ 600. Em reunião de diretoria em 29 de janeiro de 2015, foram ratificados os pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R$ 600, sendo R$ 510 o valor líquido de imposto de renda retido na fonte. O impacto fiscal reconhecido no resultado decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio foi de R$ 150. Em reunião de diretoria de 29 de janeiro de 2015 foi aprovado o pagamento de dividendos do exercício de 2014, no valor de R$ 1.968. Em reunião de diretoria de 30 de dezembro de 2015 foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R$ 7.029, sendo R$ 5.975 o valor líquido de imposto de renda retido na fonte. O impacto fiscal reconhecido no resultado decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio foi de R$ 2.967. **(c) Reserva de lucros:** O saldo de outras reservas de lucros em 31 de dezembro de 2015 é constituído pela reserva legal e pelos resultados remanescentes dos exercícios. A reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.
13. Despesas de pessoal

	2015	2014
Proventos	2.060	1.937
Benefícios	1.143	1.106
Encargos sociais	697	674
Treinamentos	2	9
	3.902	3.726

14. Outras despesas administrativas

	2015	2014
Serviços técnicos especializados	1.048	184
Processamento de dados	922	849
Despesas de comunicação	525	452
Honorários da diretoria (Nota 17(a))	202	273
Despesa do sistema financeiro	169	78
Despesas com serviços de terceiros	144	136

...continuação	2015	2014
Despesas com manutenção e conservação de bens	131	115
Despesa de condomínio	131	113
Despesa com contribuição a entidade de classe	122	100
Despesas com segurança e vigilância	121	107
Depreciação e amortização	83	84
Despesas de transporte	53	60
Outras despesas administrativas	357	154
	4.008	2.705

15. Outras receitas e despesas operacionais

	2015	2014
Reversão de provisão de contingência cível	696	39
Atualização de depósito judicial	76	158
Outras	(15)	4
Despesa com perdas judiciais	(1.160)	-
Atualização de processos cíveis	(38)	(39)
	(411)	162

16. Garantias e compromissos assumidos: As garantias prestadas a terceiros compreendem avais e responsabilidades para outros recursos, no montante em 2014 de R$ 326 e estão registradas em contas de compensação.
17. Partes relacionadas: (a) Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Honorários da diretoria	202	273

(b) Transações e saldos: Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os saldos resultante de operações com outras sucursais no exterior, efetuadas em condições normais de mercado, eram:

2015	Ativo	Passivo	Resultado
Obrigações por empréstimos e repasses	-	33.855	(550)

2014	Ativo	Passivo	Resultado
Obrigações por empréstimos e repasses	-	11.446	(92)

18. Imposto de renda e contribuição social: a) Composição das despesas com impostos e contribuições: Demonstramos a seguir o Imposto de Renda e Contribuição Social devidos sobre as operações do período e sobre as diferenças temporárias decorrentes de adições e exclusões:

	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro de Participações	24.998	24.998
Participação nos lucros	(348)	(348)
Juros sobre o capital próprio	(7.029)	(7.029)
Resultado antes do IRPJ/CSLL	**17.621**	**17.621**
Impostos de renda e contribuição social as alíquotas vigentes	4.405	3.033
Despesas indedutíveis/receitas não tributadas	1.968	286
Realização prejuízo fiscal/base negativa	(1.434)	(988)
Total de imposto de renda e contribuição social	**4.939**	**2.331**

O Banco possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não ativados no valor de R$ 3.629, e R$ 1.503 referente difenreça temporária em decorrência de não cumprimentos dos requisitos existentes da Resolução nº 3.059 do BACEN. **(b) Origem dos créditos tributários do imposto de renda e contribuição social:** Os créditos tributários em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 são compostos da seguinte forma:

	2015	2014
Imposto de renda		
Prejuízo fiscal	-	1.696
Contribuição social		
Base negativa	-	28
Tota	-	1.724

A realização desses créditos, em atendimento ao disposto na Resolução nº 3.355/06, ocorreram no ano de 2015, sendo que o valor presente dos créditos tributários de 2014 é de R$ 1.383, descontados a taxa média de captação projetada para os referidos exercícios.
19. Gestão de risco: Objetivo: O Comitê de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo manter controles estruturados em consonância com o perfil operacional do Banco, periodicamente avaliado, de forma que evidencie riscos de liquidez, operacional, de crédito e de capital resultantes das atividades que são desenvolvidas. **Risco de crédito:** Risco de crédito é definido como sendo a probabilidade de perdas associadas à incapacidade do tomador de honrar as suas obrigações nos prazos e condições contratuais, à redução de ganhos e remunerações, a custos de recuperação e à desvalorização do contrato de crédito. A principal diretriz para a política de concessão de crédito é a segurança. Todas as solicitações apresentadas têm seus riscos avaliados de acordo com procedimentos internos estabelecidos. As avaliações têm como foco a capacidade de geração de caixa e os fatores de risco associados à transação. Essa avaliação envolve uma análise técnica da capacidade do cliente em honrar os seus compromissos, das garantias apresentadas e inclui visitas às companhias. As conclusões dessas análises são apresentadas ao comitê de crédito pertinente, sediado na Casa Matriz, em um processo que pode envolver todos os níveis executivos, dependendo do grau de complexidade das decisões e do valor das operações. **Risco operacional:** O Banco de la Provincia de Buenos Aires define o risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A definição enunciada inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência dos contratos firmados pela sucursal, assim como as sanções em razão do não cumprimento dos dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros resultantes das atividades desenvolvidas. Entre os eventos de risco operacional se incluem: (i) fraude interno; (ii) fraude externo; (iii) relações trabalhistas e segurança no trabalho; (iv) reclamações de clientes (Ouvidoria); (v) dano aos ativos físicos; (vi) falhas em TI; (vii) execução, gestão e cumprimento dos prazos dos processos. **Risco de mercado:** O risco de mercado se define como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de posições que detenha um Banco. A definição citada inclui os riscos de operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, preços de ações e preços de mercadorias (*commodities*). Os instrumentos de controle que viabilizam a conformidade das diretrizes de Comitê são: (i) Reuniões do Comitê de Gerenciamento de Riscos: Avaliação das estratégias de curto prazo dos potenciais cenários macroeconômicos e do enquadramento das medidas de risco de carteira dentro dos limites estabelecidos. Sistema de mensuração de risco de mercado baseado no método RiskMetrics com VaR paramétrico, adotando-se a hipótese simplificadora de que os retornos dos ativos financeiros, marcados a mercado, seguem uma distribuição normal. Através dos relatórios fornecidos pela solução utilizada, o Banco monitora os valores expostos, a *duration* e o VaR. (ii) Relatório gerencial diário remitido a Gerencia de Risco de Mercado, sediada na Casa Matriz em Argentina, evidenciando as posições e a exposição ao risco da filial. De acordo com a Resolução nº 3.464 do BACEN, a estrutura de gerenciamento de riscos de mercado, caracterizada nesta filial pelo responsável pelo monitoramento de Risco de Mercado, é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e da dimensão da exposição ao risco da sucursal. Conforme estabelecido na normativa, a presente unidade é segregada das unidades de negociação e da auditoria interna. O sistema utilizado pelo Banco para mensuração de risco de mercado é o método RiskMetrics com VaR paramétrico; neste modelo é adotado a hipótese simplificadora de que os retornos dos ativos financeiros, marcados a mercado, seguem uma distribuição normal. Através dos relatórios fornecidos pela solução utilizada, o Banco monitora os valores expostos, a *duration* e o VaR. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez define-se como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e os passivos exigíveis, entre cobranças e pagamentos, que possam afetar a capacidade financeira do Banco, levando em conta as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações do Banco. Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos no caixa do Banco dado a aplicação de cenários adversos na condição de liquidez da mesma. Esses impactos levam tanto fatores internos o Banco quanto fatores externos. O controle de risco de liquidez no Banco de la Provincia de Buenos Aires é realizado pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos, através de ferramentas como: (i) Plano de contingência de liquidez: estabelece o processo de identificação e categorização de crises de liquidez, a comunicação interna, os planos de ação com as respectivas responsabilidades, assim como o modelo de monitoramento e revisão dos planos. As políticas de contingência e planejamento de liquidez são definidas pela Diretoria conjuntamente com a Mesa de Operações e normas emitidas pela Casa Matriz; (ii) Sistema de gestão de risco de liquidez: a sucursal possui um módulo que permite a realização de testes de estresse e aderência considerando aspectos como: Simulação de parâmetros para carteiras, como atrasos, inadimplência, pagamentos antecipados e simulação de cenários econômicos para verificar a sensibilidade da liquidez e as variações das taxas de juros e câmbio; (iii) Controle de esgotamento do caixa: o esgotamento do caixa é baseado no mapeamento dos fluxos de caixa a pagar e a receber ao longo dos vencimentos das operações. Este controle permite que seja observado o comportamento da carteira para um determinado prazo. De acordo a Resolução nº 2.804 (21 de dezembro de 2000) do Banco Central do Brasil, o "Comitê de Gerenciamento de Riscos" tem como um de seus objetivos manter sistemas de controles estruturados em consonância com o perfil operacional da filial, periodicamente avaliados, que permita o acompanhamento permanente das posições assumidas em todas as operações praticadas no mercado financeiro e de capitais, de forma que evidencie o risco de liquidez gerado pelas atividades que desenvolvam. **Risco de capital:** Define-se gerenciamento de capital ao processo contínuo de: (i) monitoramento e controle do capital mantido pelo Banco; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeita; (iii) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Banco. No marco da Resolução nº 3.988 (30 de junho de 2011), a estrutura de gerenciamento de risco de capital, caracterizada nesta filial pelo "Comitê de Gerenciamento de Riscos", é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e a dimensão da exposição de riscos da filial. A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos encontra-se evidenciada em relatório não auditado de acesso público no endereço: http://www.bancoprovincia.com.ar/sucursal_san_pablo_indice.asp.
20. Informações suplementares: a) Em 25 de junho de 2015 o CMN homologou a Resolução nº 4.424/2015, onde as instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN devem observar, a partir de 1º de janeiro de 2016, o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. Todavia, os pronunciamentos técnicos citados no CPC 33 (R1) somente poderão ser aplicados após serem recepcionados por ato específico pelo CMN. O Banco concluiu que não há impacto impactos nas demonstrações financeiras. b) Não há eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2015.

Guillermo Mario Alberto Lemmo - Diretor Geral

Claudio de Oliveira Santos - CRC 1SP 177.472/O-5

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores **Banco de la Provincia de Buenos Aires – Sucursal São Paulo**
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco de la Provincia de Buenos Aires – Sucursal São Paulo ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas anteriormente apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de la Provincia de Buenos Aires – Sucursal São Paulo em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 30 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Melissa Tuxen Wisnik
Contadora CRC 1SP221490/O-0